



2003/06/11

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS HOLANDESAS

Alexandre Reis Rodrigues

O departamento da Defesa da Holanda acaba de anunciar a intenção de, a curto prazo, empreender medidas de fundo para enfrentar as duas principais dificuldades com que os últimos orçamentos de defesa se têm debatido: custos de operação acima das estimativas e insuficiência de verbas para investimento. O que está em causa é a procura de um novo equilíbrio entre a dimensão e os meios das forças armadas e o orçamento disponível. O problema é fácil de enunciar mas difícil de concretizar porque vai envolver medidas drásticas de redução no dimensionamento das forças e de profundas transformações na sua configuração. Parte da redução resultará da impossibilidade de fazer crescer o orçamento à medida das necessidades da dimensão actual. A outra parte corresponderá à necessidade de trocar alguma quantidade por qualidade para permitir o recurso intensivo a tecnologias avançadas e, principalmente, à necessidade de reformulação da configuração do sistema de forças à luz dos requisitos prioritários de intervenção no exterior. Prevê-se, por isso, um crescimento de 20% no investimento. Os fundamentos da renovada ênfase na capacidade de intervenção no exterior e na necessidade de maior investimento em qualidade são conhecidos. Limite-me, por isso, a referi-los abreviadamente. No primeiro caso, trata-se do actual conceito de que a promoção da segurança individual dos países europeus cada vez menos pode ser vista separadamente da promoção da paz e estabilidade no mundo, muito particularmente no âmbito da luta contra o terrorismo internacional e do combate à proliferação de armamentos. A fronteira entre o que é garantir a defesa nacional e contribuir para um clima de estabilidade no mundo é cada vez mais ténue. No segundo caso, trata-se de garantir interoperabilidade no contexto de cooperação internacional em que a generalidade das forças armadas tem que conceber as suas eventuais actuações e da necessidade de corresponder à crescente aversão das opiniões públicas contra a questão dos danos colaterais. Este aspecto exige investir em armamentos de precisão e toda a demais panóplia de sofisticados sistemas – de comando, controlo, comunicações e informações – que o seu uso implica. Neste quadro, e considerando o continuado empenho em disponibilizar forças para participação na resolução de conflitos e crises, requerendo dar prioridade à capacidade de deslocação de forças para o exterior, o governo holandês vai pôr em prática um novo programa de reforma das suas forças armadas, cujas principais vertentes se indicam seguidamente. No âmbito do pessoal, haverá uma redução de 9.000 efectivos. Serão feitas profundas reformas na organização dos serviços centrais e quartéis-generais, permitindo uma redução de cerca de 30% na sua dimensão, sem prejuízo de uma maior eficácia e modernização administrativa. A Marinha passará a dispor de mísseis contra terra nas suas fragatas e os fuzileiros terão os veículos de lagarta substituídos mas, em contrapartida, haverá 4 fragatas e 4 navios de guerra de minas a serem abatidos (ficando dez em cada grupo), será suspensa a activação do terceiro batalhão de fuzileiros e abandonados os meios de patrulha marítima (10 P3 Orion). O Exército perderá a sua componente mobilizável, reduzirá para duas o número de brigadas mecanizadas, abandonará os sistemas de lançamento múltiplo de rockets, reduzirá o número de peças de artilharia howitzer e simplificará a organização de defesa aérea. Em alternativa, aumentará uma companhia aos batalhões de infantaria mecanizada e receberá novos veículos de lagartas e de rodas. A Força Aérea terá um novo avião de transporte DC-10, melhorará as capacidades dos F-16s e manterá a participação nos programas de desenvolvimento de um novo Joint Strike Fighter e de UAVs. Como contrapartida, verá o número de F-16s reduzido de 137 para 108, o abate dos helicópteros Bolkow e de 6 Apache (ficam 24), o adiamento, por dois anos, da aquisição dos novos mísseis Patriot (PAC-III), o cancelamento dos planos de substituição dos mísseis de defesa aérea Hawk e, finalmente, a concentração dos helicópteros numa única base. Numa perspectiva conjunta, as reduções visarão melhorar o equipamento individual – tornando disponíveis as mais modernas tecnologias – a aquisição de armamento de precisão e de modernos sistemas de designação de alvos e a participação no programa da NATO de Vigilância Aérea do Campo de Batalha. Perguntar-se-á o que pode interessar tudo isto a Portugal. Julgo que muito, pois, como bem se sabe, a natureza dos problemas que há muitos anos enfrentam os orçamentos de defesa em Portugal é muito idêntica à dos recentemente vividos pela Holanda. Quase nenhum investimento e insuficiência de verbas para os encargos de operação e manutenção. É claro que os aspectos concretos da reforma a empreender no nosso caso não serão exactamente os mesmos. Não se pode tratar, por isso, de decalcar modelos. No entanto, as orientações a seguir, os fundamentos e as motivações que lhes estão subjacentes são nas suas linhas gerais inteiramente aplicáveis e, como tal, uma boa fonte de inspiração para o que urge fazer entre nós. Como aliás se tem defendido há já algum tempo. Oxalá não tarde mais.